

Fazenda desmente Chiarelli

José Varella

BRASÍLIA — "Vi em dois jornais brasileiros que os termos do acordo com os credores eram distintos do que foi divulgado pelo Governo; quem mentiu foi o jornal", acusou o Ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, à chegada de sua viagem ao Japão, em resposta às acusações do Senador Carlos Chiarelli, presidente da Comissão da Dívida Externa do Senado. Chiarelli acusou o governo de esconder da população os verdadeiros termos do acordo com os credores (*a term sheet*) mais desfavoráveis do que o anunciado. "Só falo sobre coisas sérias. Do Chiarelli trato depois", reagiu Maílson.

— Seria iguignade do Governo divulgar algo em contradição com um documento, a *term sheet*, que será distribuído a 800 bancos, 15 dos quais brasileiros — assegurou o Ministro da Fazenda, que defendeu a forte vinculação dos novos empréstimos no acordo da dívida aos projetos e desembolsos do Banco Mundial, como "uma forma de ajudar o país". O ministro admitiu que o governo, "segundo uma praxe que existe para todos os contratos", fará pagamentos do principal da dívida de 1991, equivalente a 5% da dívida a vencer em 1991, 10% da dívida vencida em 1992 e 15% em 1993.

Para Maílson, porém, esses serão apenas "sinais de pagamento, para demonstrar que há boa vontade no pagamento da dívida" e não representarão 15% da dívida brasileira como, segundo condenou o Ministro, chegou a ser divulgado pela imprensa. Ele não considera esses "sinais" como pagamento da dívida externa, o que, segundo sustentou, só começará a ser feito a partir de 1995, "quando o primeiro pagamento será de apenas 2% do principal". Na próxima semana, o Ministro viaja novamente, desta vez para o Canadá, Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha e Itália, para negociar um acordo de rescalonamento da dívida com o Clube de Paris, exigência dos banqueiros e do Governo japonês antes de qualquer liberação de recursos do Japão ao Brasil.

Maílson admitiu ainda que o Brasil terá de lançar mão de suas reservas para pagar parte dos juros da dívida vencidos em junho e julho, de US\$ 1,5 bilhão, mas garantiu que o Governo obterá um empréstimo ponte dos países desenvolvidos, de US\$ 500 milhões, para o pagamento desses juros. Ele informou que hoje representantes dos principais países credores, reunidos no Clube de Paris, encontram-se na Suíça, na reunião do Banco de Compensações Internacionais (BIS) e devem discutir o pedido de empréstimo do Brasil, "para ajudar o país a continuar pagando juros e voltar a ser um parceiro confiável".

O Ministro da Fazenda voltou animado do Japão, com a receptividade dos banqueiros e do Governo japonês, e anunciou a vinda, no final de julho, de uma missão do Eximbank japonês para discutir sua participação no empréstimo-ponte pedido pelo Brasil. Também no final deste mês, outra missão, da Agência



Maílson: boa vontade para pagar

de Cooperação Internacional do Japão, virá ao Brasil, para avaliar as condições de participação japonesa em 19 projetos econômicos no valor total de US\$ 5,5 bilhões apresentados por Maílson, os japoneses apoiam o Brasil em sua negociação com o Clube de Paris, reabrirão os créditos do Eximbank a projetos de modernização industrial com importação de máquinas e equipamentos e deverão apoiar a realização dos projetos de infra-estrutura brasileira.

O assunto na chegada do Ministro, porém, foram as acusações dos parlamentares às comissões, no anúncio oficial do acordo da dívida, de cláusulas consideradas desfavoráveis ao Brasil. Maílson, que a princípio bem humorado interrompeu irritado a entrevista, garantiu que as acusações — ele as atribuiu aos jornais — foram uma "infeliz confusão". Acusou a imprensa de tratar "levianamente" o assunto, atribuiu as críticas à "ignorância" por parte dos opositores do acordo e aos repórteres. E se disse triste "com nosso grau de subdesenvolvimento na análise de assunto tão grave". Para o Ministro, houve interesse de uma parcela pequena da sociedade em negociar o acordo, que ele considera a melhor já feito "na história da crise da dívida externa".